

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	10
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	85.937
Preferenciais	145.450
Total	231.387
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	162.631	166.716
1.01	Ativo Circulante	8.835	9.413
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.619	2.527
1.01.03	Contas a Receber	3.139	2.151
1.01.03.01	Clientes	970	687
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.169	1.464
1.01.03.02.01	Títulos a receber	147	128
1.01.03.02.02	Adiantamentos	2.022	1.336
1.01.04	Estoques	397	365
1.01.06	Tributos a Recuperar	480	549
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	480	549
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.200	3.821
1.02	Ativo Não Circulante	153.796	157.303
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.536	17.657
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.639	4.639
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.639	4.639
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11.897	13.018
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	4.328	3.887
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	7.551	9.113
1.02.01.09.05	Outros valores a receber	18	18
1.02.03	Imobilizado	136.318	136.546
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	134.234	136.095
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.084	451
1.02.04	Intangível	145	154
1.02.04.01	Intangíveis	145	154
1.02.05	Diferido	797	2.946

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	162.631	166.716
2.01	Passivo Circulante	7.071	6.383
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	492	864
2.01.01.01	Obrigações Sociais	268	200
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	224	664
2.01.02	Fornecedores	4.647	4.920
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.723	2.309
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.924	2.611
2.01.03	Obrigações Fiscais	279	114
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	207	64
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	207	64
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	72	50
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	369	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	369	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	369	0
2.01.05	Outras Obrigações	4	234
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3	0
2.01.05.02	Outros	1	234
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	1	234
2.01.06	Provisões	1.280	251
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.029	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.029	0
2.01.06.02	Outras Provisões	251	251
2.01.06.02.04	Provisão contratuais APPA	251	251
2.02	Passivo Não Circulante	4.954	5.122
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.593	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.593	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.593	0
2.02.02	Outras Obrigações	2.512	2.315
2.02.02.02	Outros	2.512	2.315
2.02.02.02.03	Obrigações fiscais	2.512	2.315
2.02.04	Provisões	849	2.807
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	849	849
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	661	661
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	105	105
2.02.04.01.05	Provisão Tributárias	83	83
2.02.04.02	Outras Provisões	0	1.958
2.02.04.02.04	Fornecedores Estrangeiros	0	1.958
2.03	Patrimônio Líquido	150.606	155.211
2.03.01	Capital Social Realizado	153.139	153.139
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.189	-20.584
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.656	22.656

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.479	23.306	5.867	11.628
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.126	-21.598	-6.406	-11.794
3.03	Resultado Bruto	353	1.708	-539	-166
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.574	-5.930	-1.251	-3.389
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.622	-5.331	-1.413	-4.211
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	49	268	162	822
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-867	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.221	-4.222	-1.790	-3.555
3.06	Resultado Financeiro	-273	-383	316	699
3.06.01	Receitas Financeiras	135	337	326	819
3.06.02	Despesas Financeiras	-408	-720	-10	-120
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.494	-4.605	-1.474	-2.856
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.494	-4.605	-1.474	-2.856
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.494	-4.605	-1.474	-2.856
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,029	-0,0536	-0,0172	-0,0322
3.99.01.02	PN	-0,0171	-0,0317	-0,0101	-0,0196
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,029	-0,0536	-0,0172	-0,0322
3.99.02.02	PN	-0,0171	-0,0317	-0,0101	-0,0101

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.559	3.749
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.210	4.324
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-4.605	-2.857
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.815	7.181
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	349	-575
6.01.02.01	Redução (Aumento) Contas a receber	-283	73
6.01.02.02	Redução (Aumento) Títulos a receber	-20	72
6.01.02.03	Redução (Aumento) Estoques	-32	-18
6.01.02.04	Redução (Aumento) Impostos a recuperar	1.631	359
6.01.02.05	Redução (Aumento) Adiantamentos	-687	-1.382
6.01.02.06	Redução (Aumento) Despesas antecipadas	1.621	-112
6.01.02.07	Redução (Aumento) Depósitos judiciais	-441	340
6.01.02.08	Aumento (Redução) Fornecedores	-2.231	5.915
6.01.02.09	Redução (Aumento) Obrigações fiscais	363	196
6.01.02.10	Redução (Aumento) Obrigações sociais e trabalhistas	658	439
6.01.02.11	Redução (Aumento) Provisão APPA	0	-2.803
6.01.02.12	Redução (Aumento) Outras contas a pagar	-230	-3.654
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.428	-10.109
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-3.428	-10.109
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.961	-6.497
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	1.961	-6.497
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	92	-12.857
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.527	15.075
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.619	2.218

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.139	0	0	-20.584	22.656	155.211
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.139	0	0	-20.584	22.656	155.211
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.605	0	-4.605
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.605	0	-4.605
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	153.139	0	0	-25.189	22.656	150.606

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	159.639	0	0	-18.463	0	141.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	159.639	0	0	-18.463	0	141.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.998	0	-2.998
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.998	0	-2.998
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	159.639	0	0	-21.461	0	138.178

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	25.945	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	25.738	0
7.01.02	Outras Receitas	207	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.537	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.698	0
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-839	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.408	0
7.04	Retenções	-5.773	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.773	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.635	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	338	0
7.06.03	Outros	338	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.973	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.973	0
7.08.01	Pessoal	8.266	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.759	0
7.08.01.02	Benefícios	1.110	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	392	0
7.08.01.04	Outros	2.005	0
7.08.01.04.01	INSS	1.238	0
7.08.01.04.02	Outras obrigações legais	767	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.592	0
7.08.02.01	Federais	1.898	0
7.08.02.03	Municipais	694	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	720	0
7.08.03.01	Juros	67	0
7.08.03.03	Outras	653	0
7.08.03.03.01	Variação cambial passiva	617	0
7.08.03.03.02	Outros	36	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.605	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.605	0

Comentário do Desempenho

DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL 3º TRIMESTRE DE 2011

VISÃO GERAL

A receita operacional bruta apresentou no 3º Trimestre de 2011 um acréscimo de 26,25%, atingindo o montante de R\$ 8.355 mil contra R\$ 6.618 mil do mesmo período de 2010. O aumento da receita deve-se fundamentalmente ao aumento do volume de granéis movimentados (fertilizantes). Em 2010, neste mesmo período, a movimentação de granéis e carga geral (açúcar) foi de 78 mil tons contra 287 mil tons em 2011. O aumento da receita não foi proporcional devido à ausência do congelado, que mesmo em menor volume, 16 mil tons no 3º trimestre de 2010, apresenta um faturamento maior (proporcional ao seu custo). O quadro abaixo demonstra a evolução da receita operacional bruta no 3º trimestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

	2011				2010			
	Acumulado	3º Trim	2º Trim.	1º Trim.	Acumulado	3º Trim	2º Trim.	1º Trim.
Congelados	3.198	-	446	2.752	8.117	3.072	2.771	2.274
Carga Geral	18.710	6.473	6.396	5.841	4.425	3.396	747	282
Outros Serviços	4.038	1.882	2.114	42	591	149	350	92
	25.945	8.355	8.955	8.635	13.134	6.618	3.868	2.648

A Companhia registrou no 3º trimestre de 2011 um prejuízo de R\$ 2.494 contra um prejuízo de R\$ 1.474 no 3º trimestre de 2010.

MOVIMENTAÇÃO FÍSICA

A movimentação física de **cargas congeladas** no 3º trimestre de 2010 foi de **16 mil toneladas**, e não aconteceu em 2011.

A movimentação de **carga geral** foi de 78 mil toneladas no 3º trimestre de 2010 e em 2011 movimentamos no mesmo período **287 mil toneladas**.

Antonina, 10 de novembro de 2011

A Administração

Notas Explicativas

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO 2011.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem como objeto principal a administração do arrendamento, outorgado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995, realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, e ainda a implementação de projetos associados aos serviços portuários concedidos, (i) exploração, operação e administração de serviços portuários, (ii) exploração, operação e administração de serviços de transporte rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário, complementares ou não às atividades portuárias que gerencia serviços de armazém em geral, em instalações próprias ou de terceiros, (iii) prestação de serviços como agenciadora de seguro, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, serviços de assistência técnica e outros ligados à infra-estrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios, (iv) realização de atividades de importação e exportação de gêneros alimentícios, elaborados, semi-elaborados e *in natura*, equipamentos destinados à atividade portuária, dentre outros.

Atualmente, a Companhia atua somente na atividade de exploração, operação e administração de serviços portuários.

A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de “uso público”.

O oitavo termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, publicado no Diário Oficial do Paraná em 17 de março de 2010, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Em 13 de abril de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o 9º termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, altera a cláusula do contrato originalmente firmado que determina o prazo do arrendamento, ficando dessa forma a data de vencimento do período contratual alterada para 22 de abril de 2022, podendo ser prorrogado por mais um período de vinte e cinco anos.

O referido termo aditivo também regulamenta e atualiza outros temas constantes no instrumento originalmente assinado, que eram objeto de constantes discussões, como: área arrendada, cargas a serem movimentadas, valor do arrendamento e taxas portuárias, além das responsabilidades pela manutenção do canal de acesso ao terminal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico.

Notas Explicativas

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas CPC (BR GAAP) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Companhia tem o direito legal ou a intenção de liquidar os valores em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com

Notas Explicativas

vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembléia dos acionistas.

RECEITA

A receita da prestação dos serviços portuários no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, líquido dos respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa 13 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Outras adições são capitalizadas apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de dispêndio é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previstos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43.

Notas Explicativas

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16).

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

GASTOS SUBSEQUENTES

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

AMORTIZAÇÃO

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*IMPAIRMENT*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Notas Explicativas

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Ainda para outros ativos, uma perda de valor é revertida caso tenha havido alguma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável ou na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, esses passivos são registrados a valor presente.

Notas Explicativas

PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Representam contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras, acrescidos dos encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Devido à opção dada pelas autoridades governamentais a Companhia, quando aplicável, opta pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela lei nº 11.941/09 relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/08 e lei nº 11.941/09 foram registrados nas referidas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com as Normas brasileiras aplicáveis. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Notas Explicativas

RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, se aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia no respectivo período. A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações, durante o período correspondente ao resultado (de acordo com o CPC 41).

AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Decorrente da não relevância dos valores nenhum ajuste a valor presente foi contabilizado no período.

DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

Contas a receber e outros créditos

Notas Explicativas

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

4. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa (a)	1.737	1.735
Banco do Brasil S.A.	3	2
Banco Itaú S.A.		4
Numerário em moeda estrangeira (b)	<u>879</u>	<u>786</u>
	<u>2.619</u>	<u>2.527</u>

(a) O montante de R\$ 1.737 é representado, substancialmente, por cheques administrativos em favor da Companhia, decorrentes de operação de redução de capital, cuja emissão foi aprovada na ata da 207ª Reunião do Conselho de Administração, conforme descrito na nota nº 21.a.

(b) O montante é referente aos recebimentos em moeda estrangeira (Euro), recebidos até o mês de setembro de 2011.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
A vencer	704	686
Vencidos de 01 dia até 30 dias	266	1
Vencidos há mais de 181 dias	<u>221</u>	<u>221</u>
Total contas a receber de clientes	1.191	908
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(221)</u>	<u>(221)</u>
	<u>970</u>	<u>687</u>

Notas Explicativas**7. TÍTULOS A RECEBER**

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Estinave Serviços Marítimos Ltda. (a)	98	119
Outros	<u>181</u>	<u>140</u>
Total títulos a receber	278	259
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(131)</u>	<u>(131)</u>
	<u>147</u>	<u>128</u>

- (a) Durante o exercício de 2010, a Estinave Serviços Marítimos Ltda. firmou termo de confissão de dívida com a Companhia, formalizando as formas, garantias e cronograma para liquidação de seus débitos, dessa forma não se fazendo mais necessária a manutenção de provisão para a perda desses montantes.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Créditos de II e IPI - Drawback (a)	5.837	5.639
Créditos de PIS/COFINS (b)	922	1.066
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	480	2.943
Outros	<u> </u>	<u>14</u>
Total impostos a recuperar	7.239	9.662
(-) Impostos a recuperar não circulante	<u>(6.759)</u>	<u>(9.113)</u>
	<u>480</u>	<u>549</u>

- (a) A Companhia em 31 de agosto de 2008, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e embasada em parecer dos assessores jurídicos, reclassificou os valores registrados na conta Depósitos Judiciais passando para a conta de Créditos a Recuperar. Os valores em epígrafe se referem aos autos do Mandado de Segurança impetrado anteriormente, que foram posteriormente convertidos em renda da União Federal. Estes valores referem-se aos impostos pagos anteriormente inerentes ao processo do Ato Concessório Drawback. As ações judiciais implementadas estão voltadas a desconstituir as autuações da Receita Federal do Brasil e visam a recuperação dos impostos pagos indevidamente.

- (b) Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou créditos a recuperar referentes a PIS e COFINS não cumulativos recolhidos indevidamente sobre receita equiparada e receita de exportação, no período de 2003 a 2006. As bases legais para esse reconhecimento e registro estão suportadas pelos Assessores Jurídicos da Companhia e por resposta favorável à consulta formulada à Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

- (c) Refere-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras efetuadas pela Companhia em exercícios anteriores e suas respectivas atualizações monetárias conforme previsto na legislação vigente.

9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
OGMO - PR (a)	1.981	1.174
Outros	<u>41</u>	<u>162</u>
	<u>2.022</u>	<u>1.336</u>

- (a) Adiantamentos realizados para o “Órgão Gestor de Mão-de-obra do Trabalhador Portuário Avulso de Antonina - OGMO/A” se referem ao fornecimento de mão-de-obra de trabalhador portuário avulso (TPA), utilizados nas operações de embarque e desembarque de navios atracados nas instalações portuárias da Companhia. A contratação destes TPAs somente pode ser realizada por intermédio do OGMO-PR, conforme determina a Lei nº 8.630, de 25.02.1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Despesas a compensar com dragagens (a)	2.008	3.762
Seguros a apropriar	169	48
Outras despesas a compensar	<u>23</u>	<u>11</u>
	<u>2.200</u>	<u>3.821</u>

- (a) O oitavo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela TPPF para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Notas Explicativas**11. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30.09.2011	31.12.2010
Trabalhistas	4.164	3.534
Tributários	70	265
Cíveis	94	88
	<u>4.328</u>	<u>3.887</u>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente pelo indexador da natureza jurídica dos depósitos, tais atualizações são registradas diretamente no resultado do período da Companhia.

12. INVESTIMENTOS

Composto por investimento na empresa Interbulk Ltda. no valor de R\$ 87 (idem em 30 de setembro de 2010), referente à participação de 10%, registrado inicialmente pelo custo de aquisição e ajustado por provisão de perda no mesmo valor, em razão da reavaliação dos projetos.

13. IMOBILIZADO

		30.09.2011		31.12.2010	
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Total líquido
Bens imóveis	2,01% a 4,92 %	148.811	(35.328)	113.483	116.266
Bens móveis	2,38% a 10%	26.862	(6.239)	20.623	19.640
Bens em informática	20,00%	1.134	(947)	187	246
Bens de terceiros e outros	8,22% a 8,33%	26	(15)	11	13
Bens em construções		2.084		2.084	451
(-) Provisão para perda		(70)		(70)	(70)
		<u>178.847</u>	<u>(42.529)</u>	<u>136.318</u>	<u>136.546</u>

Notas Explicativas**Movimentação do imobilizado**

	Bens imóveis	Bens móveis	Bens em informática	Bens de terceiros e outros	Bens em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	148.437	16.066	1.021	26	228	125.721
Adições	374	9.096	78		8.490	18.038
Baixa		(42)			(8.267)	(8.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	148.811	25.120	1.099	26	451	135.450
Adições		1.787	35		1.633	3.455
Baixa		(45)				(45)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>148.811</u>	<u>26.862</u>	<u>1.134</u>	<u>26</u>	<u>2.084</u>	<u>138.860</u>

Impairment ativos não circulantes

A administração da Companhia em setembro de 2011 não identificou indícios que indiquem a necessidade de registro de *impairment*.

14. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização (%)	30.09.2011		31.12.2010
		Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Licença de uso de Softwares	20,00%	191	(57)	134
Marcas e patentes		11		11
		<u>202</u>	<u>(57)</u>	<u>145</u>
				<u>154</u>

Notas Explicativas**15. DIFERIDO**

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Gastos de organização e administração	14.529	14.529
Encargos financeiros líquidos - fase de capitalização	7.140	7.140
Gastos de estudos, projetos e detalhamentos	1.271	1.271
Provisão para contingências	<u>5.708</u>	<u>5.708</u>
 Total do diferido	 28.648	 28.648
(-) Amortizações acumuladas	<u>(27.851)</u>	<u>(25.702)</u>
	<u><u>797</u></u>	<u><u>2.946</u></u>

Os projetos referem-se aos gastos incorridos com a execução inicial de serviços de assessoria e consultoria nas ações necessárias à implantação do terminal portuário, tais como: estudos técnicos, levantamento topográfico e estudo de impacto ambiental.

O diferido é amortizado a taxa anual de 10% a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 2002.

Notas Explicativas**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	<u>encargo (a.a.)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30.09.2011</u>
Finame BNDES	5,50%	15.09.2016	1.962
(-) Financiamento não circulante			<u>(1.593)</u>
			<u>369</u>

Finame contratado para aquisição de 04 máquinas pá carregadeiras, modelo L70 utilizadas na movimentação de granéis. O Financiamento está garantido pelos bens financiados.

17. FORNECEDORES

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Fornecedores nacionais	596	1.629
Fornecedores internacionais (a)	2.924	4.569
Provisões fornecedores nacionais	<u>1.127</u>	<u>680</u>
Total de fornecedores	4.647	6.878
(-) Fornecedores não circulantes		<u>(1.958)</u>
	<u>4.647</u>	<u>4.920</u>

(a) Valores referentes à aquisição do guindaste portuário junto à empresa “LIEBHER”, modelo MHC utilizado na movimentação de granéis, contêineres e demais cargas.

Notas Explicativas**18. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Parcelamento fiscal IR e CS (a)	2.512	2.315
Outros impostos a recolher	<u>279</u>	<u>114</u>
Total obrigações fiscais	2.791	2.429
(-) Obrigações fiscais não circulante	<u>(2.512)</u>	<u>(2.315)</u>
	<u><u>279</u></u>	<u><u>114</u></u>

- (a) Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos tributários, Execuções Fiscais nº 193/2006; 20/2005 e 43/2005 totalizando o montante de R\$ 5.590 sendo que parte desse valor, no montante de R\$ 2.752, correspondentes a execução fiscal 43/2005, encontrava-se provisionado na rubrica de provisão para contingências.

A Companhia, com base na Lei nº 11.941, pretende liquidar valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social.

O Parcelamento Especial “REFIS IV” será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Os débitos apresentados para a consolidação estão sendo pagos desde dezembro de 2009 nos valores mínimos correspondentes a R\$ 100 até o momento da efetivação da consolidação dos débitos pela Secretária da Receita Federal.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

Notas Explicativas

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias com potencial de perda os valores das contingências são provisionados segundo os critérios abaixo:

Análise individual: para os processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas é realizada análise individual dos mesmos. Considerando o potencial de perda, os mesmos são classificados em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda. Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Trabalhistas	661	661
Tributários	83	83
Cíveis	<u>105</u>	<u>105</u>
	<u>849</u>	<u>849</u>

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados por processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 2.528 (R\$ 3.337 em 31 de dezembro de 2010), tributária no montante de R\$ 11.943 (R\$ 2.528 em 31 de dezembro de 2010) e cíveis no montante de R\$ 493 (R\$160 em 31 de dezembro de 2010).

20. PROVISÕES CONTRATUAIS - APPA

Conforme contrato de concessão portuária firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), a Companhia deve movimentar volume mínimo de carga total anual, incidindo sobre esse volume taxa, definida no referido contrato, a ser repassada para a APPA. A Companhia superou no terceiro trimestre o volume mínimo previsto no contrato, portanto, não constituiu provisão neste período (R\$ 251 em 31 de dezembro de 2010, saldo ainda provisionado em 30 de setembro de 2011). As despesas estão registradas conforme descrito na nota explicativa 23.

Notas Explicativas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R\$ 153.139 (R\$ 159.639 em 31 de dezembro de 2010) representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Em 18 de outubro de 2010, a Companhia optou pela redução do Capital Social no montante de R\$ 6.500.000, baseado no Laudo Econômico Financeiro da Companhia, sem redução no montante de ações emitidas. Conforme aprovada na Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas. Conforme previsto no art. 174 da Lei nº 6.404/76, a redução somente se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação do fato (ocorrido dezembro de 2010). Distribuídos conforme demonstrativo:

<u>Acionistas</u>	<u>ON</u>		<u>PN</u>		<u>Total</u>		
	<u>Qtde</u>	<u>Valor</u>	<u>Qtde</u>	<u>Valor</u>	<u>Qtde</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Equiplan	50.535	31.725	86.333	61.031	136.868	92.756	59,15%
Fundação Copel	17.481	10.418	29.753	20.026	47.234	30.444	20,41%
Portus	10.463	5.621	17.242	10.439	27.705	16.060	11,97%
Fusan	7.358	4.865	12.122	8.940	19.480	13.805	8,42%
Outros	100	74			100	74	0,04%
	<u>85.937</u>	<u>52.703</u>	<u>145.450</u>	<u>100.436</u>	<u>231.387</u>	<u>153.139</u>	<u>100%</u>

(a) Em 13 de janeiro de 2010, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN.

(b) Em 22 de janeiro de 2010, o Fundo de Pensão Multipatrocinado - FUNBEP, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade do Fundo para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade do FUNBEP para a EQUIPLAN.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembléia Geral de Acionistas. Não existe diferenciação quando a distribuição de dividendos para ações ordinárias e/ou preferenciais.

Notas Explicativas**22. RECEITA OPERACIONAL**

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Prestação de serviços	25.738	12.722
Reembolso prestação de serviços	207	413
(-) Descontos e cancelamentos	(47)	(4)
(-) Impostos sobre vendas	<u>(2.592)</u>	<u>(1.503)</u>
	<u><u>23.306</u></u>	<u><u>11.628</u></u>

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Custos diretos		
Despesa com pessoal	5.140	3.354
Depreciação e amortização	5.773	5.349
Manutenção e reparos	155	219
Locação de equipamentos	454	
Outros custos diretos	500	127
Custos indiretos		
Mão-de-obra terceiros (OGMO)	3.210	2.002
Serviços de terceiros	1.495	997
Arrendamento APPA	1.991	(2.309)
Energia Elétrica	1.062	1.126
Outros custos indiretos	<u>1.818</u>	<u>929</u>
	<u><u>21.598</u></u>	<u><u>11.794</u></u>

24. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Despesas com pessoal	1.686	1.408
Honorários da administração	764	478
Serviços e utilidades	884	875
Despesas com deslocamentos	156	105
Despesas com publicidade	77	64

Notas Explicativas

Despesas com materiais	106	89
Despesas com taxas	510	124
Despesas operacionais		214
Despesas com seguros	310	212
Despesas com informática	346	208
Contribuições e sindicatos	170	127
Responsabilidade social	54	74
Gastos com veículos / barcos	109	78
Meio-ambiente	124	100
Outras despesas gerais e administrativas	35	55
	<u>5.331</u>	<u>4.211</u>

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Neste período, as despesas com esses administradores totalizaram R\$ 266 (R\$ 212 em 30 de setembro de 2010).

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Companhia, incluindo os diretores e conselheiros.

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Honorários	764	478
Previdência complementar diretores	30	15
Contribuição social e imposto similares	58	24
	<u>852</u>	<u>517</u>

Notas Explicativas

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

a) Créditos tributários

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de imposto de renda e contribuição social equivalente a R\$ 72.286 e R\$ 72.286, respectivamente, devidamente registrados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício. Observada no CPC 32 - Receita sobre os Lucros a Companhia, atendendo aos critérios pré-estabelecidos do comunicado técnico, registrou em 31.12.2007 parcela dos créditos tributários diferidos sobre esses prejuízos fiscais e base negativa de CSSL no montante de R\$ 4.639 levando em consideração a estimativa de projeção de resultado tributável para realização destes créditos tributários.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de setembro de 2011, os créditos tributários apresentavam a seguinte composição:

Descrição Base de cálculo	30.09.2011	
	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízos fiscais acumulados	69.379	
Base negativa de contribuição social		69.379
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	352	352
Demais provisões	2.555	2.555
Total da base para Imposto de renda	72.286	72.286
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.072	6.506
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		24.578
Parcela não reconhecida (*)		(19.939)
Créditos tributários diferidos reconhecidos		4.639

(*) Em atendimento ao requerido pelo Comunicado Técnico, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliado periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Desconsiderando fatores pontuais que afetaram positivamente e negativamente o resultado da Companhia no exercício e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o aumento do nível atual das operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de setembro de 2011, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Exercício	Valor presente 30.09.2011
2012	581
2013	2.646
2014	1.412

26. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Notas Explicativas

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações trimestrais em 4 de novembro de 2011.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Riscos de crédito

Exposição aos riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e equivalentes	2.619	2.527
Contas a receber	<u>3.139</u>	<u>2.151</u>
	<u>5.758</u>	<u>4.678</u>

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Empréstimos e financiamentos	1.962	
Fornecedores	<u>4.647</u>	<u>6.878</u>
	<u>6.609</u>	<u>6.878</u>

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de maquinários e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. No 3º trimestre de 2011 não foram feitas operações de hedge.

Abaixo é demonstrado o quadro com a exposição líquida:

	<u>Euro</u>	<u>Taxa</u>	<u>Reais</u>
Numerário em moeda estrangeira	352	2,4938	878
Fornecedores	<u>(1.172)</u>	<u>2,4938</u>	<u>(2.923)</u>
	<u>(820)</u>	<u>2,4938</u>	<u>(2.045)</u>

Valor justo

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	<u>30.09.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Caixa e equivalentes	2.619	2.619	2.527	2.527
Contas a receber	3.139	3.139	2.151	2.151
Empréstimos e financiamentos	(1.962)	(1.962)		
Fornecedores	<u>(4.647)</u>	<u>(4.647)</u>	<u>(6.878)</u>	<u>(6.878)</u>
Saldo líquido	<u>(851)</u>	<u>(851)</u>	<u>(2.200)</u>	<u>(2.200)</u>

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em contas correntes, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos.

- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos e financiamentos** - Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

28. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros vigentes durante o exercício de 2009, venceram em 05 de fevereiro de 2011, na mesma data a Companhia efetuou renovação da apólice. Os seguros renovados possuem vigência até fevereiro de 2012.

Os montantes das coberturas contratadas são os seguintes:

<u>Natureza</u>	<u>R\$ mil</u>
Responsabilidade civil	17.000
Bens móveis e imóveis	25.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Antonina - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes a exercício e período anteriores

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou e revisou as demonstrações financeiras e as informações contábeis intermediárias do exercício e período findos em 31 de dezembro de 2010 e 30 de setembro de 2010, respectivamente, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatórios datados em 25 de fevereiro de 2011 e 26 de outubro de 2010, respectivamente, que não contiveram modificação.

Curitiba, 11 de novembro de 2011.

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5-S-PR

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR049038/O-9